

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
1.2.1 1ª Fase: Sincretismo/Civilismo/ Imanentismo/Praxismo.....	38
1.2.2 2ª fase: Processualismo/Autonomismo/ Fase Científica	38
1.2.3 3ª fase: Instrumentalismo/Teleológica/ Fase do Acesso à Justiça	38
1.2.4 4ª Fase: Neoprocessualismo	41
1.3.1 O que é o Neoconstitucionalismo?	41
1.3.2 Nove Repercussões do Neoconstitucionalismo no Processo Civil....	45
1.3.2.1 Transformações na teoria das fontes do direito.....	46
1.3.2.1.1 Surgimento da teoria dos princípios	46
1.3.2.1.2 Percepção de que a jurisprudência é fonte do direito..	48
1.3.2.1.3 Alteração na técnica legislativa	48
1.3.2.2 Transformações na hermenêutica jurídica.....	49
1.3.2.2.1 Distinção entre texto e norma	49
1.3.2.2.2 Toda atividade interpretativa é criativa	49
1.3.2.2.3 Surgimento das máximas da proporcionalidade e da razoabilidade	49
1.3.2.3 Relação entre processo e direito constitucional	49
1.3.2.3.1 Reconhecimento da força normativa da Constituição	50
1.3.2.3.2 Aperfeiçoamento da teoria dos direitos fundamentais.....	50
1.3.2.3.3 Expansão da jurisdição constitucional	51
1.4.1 Conceito	55
1.4.2 Classificação	55
1.4.3 Competência para criação do Direito Processual Civil	59
1.4.4 Medida Provisória no Direito Processual Civil	60
1.4.5 As 10 + 1 Fontes do Direito Processual Civil	61
1.4.6 Interpretação do Direito Processual Civil	63
1.4.6.1 Quanto aos sujeitos	63
1.4.6.2 Quanto ao modo ou aos meios	63
1.4.6.3 Quanto ao resultado	64
1.4.7 Integração da Lei Processual.....	66
1.4.8 Lei Processual Civil no Espaço.....	66
1.4.9 Lei Processual Civil no Tempo	68
1.5.1 História do Novo Código de Processo Civil	74
1.5.1.1 Breve relance histórico até os dias atuais	74
1.5.1.2 Novo Código de Processo Civil	74
1.5.2 Exposição de Motivos do CPC/15	76

1.5.2.1 Estabelecer expressa e implicitamente verdadeira sintonia fina com a Constituição Federal.....	77	3.2.6 Em decisão insuscetível de controle externo	125
1.5.2.2 Criar condições para que o juiz possa proferir decisão de forma mais rente à realidade fática subjacente à causa.....	78	3.2.7 Com aptidão para a coisa julgada.....	125
1.5.2.3 Simplificar, resolvendo problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como, por exemplo, o recursal.....	78	3.5.1 Caráter substitutivo.....	130
1.5.2.4 Dar todo o rendimento possível a cada processo em si mesmo considerado.....	79	3.2.2 Lide	130
1.5.2.5 Finalmente, sendo talvez este último objetivo parcialmente alcançado pela realização daqueles mencionados antes, imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe, assim, mais coesão.....	79	3.2.3 Inércia.....	130
3.1.1 Fase Primitiva	115	3.2.4 Definitividade.....	131
3.1.2 Culturas Pré-modernas	116	3.6.1 Investidura	131
3.1.3 Jurisprudência Romana: o direito como diretivo para a ação.....	116	3.6.2 Territorialidade (ou aderência ao território).....	132
3.1.4 Dogmaticidade na Idade Média: o direito como dogma.....	119	3.6.3 Indelegabilidade	134
3.1.5 Teoria jurídica na era moderna: o direito como ordenação racional.....	120	3.6.4 Inevitabilidade	135
3.1.6 Positivização do direito a partir do século XIX: o direito como norma posta...	121	3.6.5 Inafastabilidade (art. 5º, XXXV, CRFB)	138
3.1.7 Ciência Dogmática do direito na atualidade: o direito como instrumento decisório.....	122	3.6.6 Juiz Natural (art. 5º, LIII, CRFB)	138
3.2.1 Jurisdição é a função atribuída a terceiro imparcial	123	3.6.7 Promotor Natural	140
3.2.2 Realizar o Direito de modo imperativo	123	3.8.1 Autotutela.....	144
3.2.3 Criativo.....	123	3.8.2 Autocomposição (Justiça Conciliativa).....	145
3.2.4 Reconhecer, efetivar ou proteger ou integrar situações jurídicas.....	124	3.8.2.1 – Mediação e Conciliação	147
3.2.5 Situações jurídicas concretamente deduzidas	124	3.8.3 Dispute board	156
		3.8.4 Arbitragem (Lei nº. 9.307/96).....	157
		3.9.1 Jurisdição Voluntária	168
		3.10.1 Conceito	172
		3.10.2 Brevíssima Introdução.....	172
		3.10.3 Tutela satisfativa e cautelar	173
		3.10.4 Espécie de crise jurídica	176
		3.10.5 Coincidência de resultado com a satisfação voluntária.....	176
		3.10.6 Espécies de técnicas procedimentais	177
		3.10.7 Cognição	177
		3.10.8 Tutela individual e coletiva	178
		3.10.9 Tutela de urgência e evidência; incidental e antecedente.....	179
		3.11.1 Conceito	182
		3.11.2 Fundamentos.....	183
		3.11.3 Classificações e Institutos	183
		3.11.4 Estrutura Básica da Cooperação Jurídica Internacional.....	184

3.11.5	CPC/15.....	185	4.5.3.2.3.3	3ª hipótese	245
4.2.1	Princípio do Juiz natural.....	194	4.5.3.2.3.4	4ª hipótese	246
4.2.2	Princípio da Indisponibilidade.....	194	4.5.3.2.4	– Delegação de Competência	247
4.2.3	Princípio da Tipicidade.....	194	4.5.4	4ª Etapa: A competência originária é do Tribunal ou do primeiro grau de jurisdição?	252
4.2.4	Princípio da competência adequada	195	4.5.5	5ª Etapa: Qual a competência territorial ou de foro?.....	253
4.2.5	Regra fundamental da competência: Kompetenzkompetenz.....	197	4.5.5.1	Competência de foro na Constituição253	
4.3.1	Competência Originária x Competência Derivada	198	4.5.5.2	Competência de foro no CPC/15.....	255
4.3.2	Competência Territorial (foro) x Competência de Juízo	198	4.5.5.2.1	Regra geral.....	255
4.3.3	Classificação segundo o Alcance	198	4.5.5.2.2	Decorrências da Regra Geral	257
4.3.4	Competência Absoluta x Competência Relativa	199	4.5.5.2.2.1	Foro do domicílio do autor da herança de cujus...257	
4.3.4.1	Semelhanças	199	4.5.5.2.2.2	Domicílio dos Ausentes	258
4.3.4.2	Diferenças.....	201	4.5.5.2.2.3	Quando o réu é incapaz.....	258
4.4.1	Critério Objetivo	206	4.5.5.2.2.4	Pessoas Jurídicas.....	258
4.4.1.1	Partes (ratione personae)	206	4.5.5.2.3	Regras Especiais.....	260
4.4.1.2	Pedido (valor da causa).....	207	4.5.5.2.3.1	Foro da situação da coisa ...260	
4.4.1.3	Causa de Pedir (matéria).....	207	4.5.5.2.3.2	Foro da residência da mulher (CPC/73) e do guardião do incapaz (CPC/15).....	263
4.4.2	Funcional.....	208	4.5.5.2.3.3	Foro do domicílio do alimentando.....	264
4.4.3	Territorial.....	208	4.5.5.2.3.4	Foro do local do cumprimento da obrigação .265	
4.5.1	1ª Etapa: É o caso de Jurisdição Nacional?211		4.5.5.2.3.4	Foro do local do ato ou fato266	
4.5.2	2ª Etapa: É competência dos Tribunais de Superposição ou de outro órgão jurisdicional atípico?.....	211	4.5.5.2.3.5	Foro de domicílio do autor ou do local do fato.....	266
4.5.3	3ª Etapa: Qual a Justiça competente?.....	215	4.5.5.2.3.6	Foro de residência do idoso267	
4.5.3.1	Competência da Justiça do Trabalho..215		4.5.5.2.3.7	Foro do lugar da sede da serventia notarial	268
4.5.3.2	Competência da Justiça Federal.....	223	4.5.6	6ª etapa: Qual o juízo competente?	269
4.5.3.2.1	Competência Funcional do Juízes Federais.....	223	4.5.7	7ª etapa: Qual é a competência recursal? 270	
4.5.3.2.2	Competência do Juiz Federal em razão da pessoa	224	4.7.1	Prorrogação	275
4.5.3.2.2.1	1ª hipótese	224	4.7.2	Derrogação	275
4.5.3.2.2.2	2ª hipótese	238	4.7.3	Conexão e Continência.....	276
4.5.3.2.2.3	3ª hipótese	239	4.9.1	Conceito e características da cooperação nacional.....	281
4.5.3.2.3	Competência do Juiz Federal em razão da matéria	242	4.9.2	Classificação	282
4.5.3.2.3.1	1ª hipótese	242			
4.5.3.2.3.2	2ª hipótese	244			

4.9.3	Cooperação Nacional e o Princípio do Juiz Natural	283	5.7.1.1	Ações Reais	331
5.2.1	Teoria Imanentista/Clássica/Civilista	290	5.7.1.2	Ações Pessoais.....	331
5.2.3	Polêmica alemã: Windscheid e Muther.....	290	5.7.2	De acordo com o objeto (pedido).....	331
5.2.3	Teoria da ação como Direito Autônomo e Concreto.....	291	5.7.2.1	Ações Mobiliárias.....	331
5.2.4	Teoria da ação como Direito Autônomo e Abstrato.....	292	5.7.2.2	Ações Imobiliárias	331
5.2.5	Teoria Eclética da Ação.....	292	5.7.3	Ação Reipersecutória	331
5.3.1	Momento de Análise das Condições da Ação	295	5.7.4	Ação Necessária	332
5.3.1.1	Teoria tradicional/Teoria da Apresentação/Teoria da Exposição.....	295	5.7.5	De acordo com a espécie de crise jurídica e o tipo de tutela jurisdicional almejada.....	332
5.3.1.2	Teoria da asserção (in statu assertionis) ou dela prospettazione/Teoria da Adstrição.....	296	5.7.5.1	Tutela/Ação de conhecimento.....	332
5.4.1	Possibilidade Jurídica do Pedido.....	298	5.7.5.2	Tutela/Ação Executiva	332
5.4.2	Interesse de Agir	299	5.7.5.3	Tutela/Ação Cautelar	332
5.4.3	Legitimidade ad causam	304	5.7.6	Classificação das Ações de Conhecimento	332
5.4.3.1	Conceito.....	304	5.7.6.1	Ação Condenatória	333
5.4.3.2	Fontes Normativas da Legitimação Extraordinária.....	304	5.7.6.2	Ação Constitutiva/Desconstitutiva	339
5.4.3.3	Legitimação Extraordinária e Substituição Processual	307	5.7.6.3	Ação Declaratória.....	339
5.4.3.4	Substituição Processual X Sucessão Processual X Representação Processual	309	5.7.7	Ação Dúplice	342
5.4.3.5	Casos Interessantes.....	310	6.2.1	Processo como Procedimento	345
5.4.4	Dinamicidade das Posições	319	6.2.2	Processo como Contrato	345
5.6.1	Partes	323	6.2.3	Processo como Quase Contrato	345
5.6.2	Pedido	324	6.2.4	Processo como Relação Jurídica.....	346
5.6.3	Causa de Pedir	324	6.2.5	Processo como Situação Jurídica.....	347
5.6.3.1	Introdução.....	324	6.2.6	Processo como Instituição	348
5.6.3.2	Teoria da Individuação da causa de pedir.....	329	6.2.7	Processo como Procedimento em Contraditório.....	348
5.6.3.3	Teoria da Substanciação da Causa de Pedir	329	6.2.7	Processo como Entidade Complexa.....	349
5.6.3.4	Demanda Autodeterminada x Demanda Heterodeterminada	330	6.3.1	Sujeitos.....	350
5.7.1	De acordo com a causa de pedir próxima (direito afirmado).....	331	6.3.2	Objeto.....	350
			6.3.3	Pressupostos Processuais.....	350
			6.3.4	Características.....	350
			6.4.1	Introdução.....	351
			6.4.2	Classificação.....	353
			6.4.2.1	Pressupostos de Existência	355
			6.4.2.1.1	Demanda (pedido).....	355
			6.4.2.1.2	Órgão investido de jurisdição	356
			6.4.2.1.3	Capacidade de ser parte.....	356

6.4.2.2	Requisitos de Validade.....	359	10.2.1	Quem pode se Beneficiar da Gratuidade.....	451
6.4.2.2.1	Competência	359	10.2.2	Causas para a Concessão do Benefício.....	452
6.4.2.2.2	Imparcialidade	359	10.3.1	Inovações.....	454
6.4.2.2.3	Capacidade Processual	360	10.8.1	Momento do pedido	457
6.4.2.2.3.1	Capacidade processual das pessoas jurídicas.....	362	10.8.2	Concessão de Ofício e Efeitos	459
6.4.2.2.3.2	Capacidade processual das pessoas casadas.....	366	10.8.3	Presunção da declaração da pessoa física.....	460
6.4.2.2.3.3	Curador Especial	369	11.1.1	Art. 139.....	467
6.4.2.2.4	Capacidade Postulatória	372	11.1.1.1	Inciso I.....	467
6.4.2.2.5	Requisito Objetivo Intrínseco	375	11.1.1.2	Inciso II	467
6.4.2.2.6	Requisitos Objetivos Extrínsecos.....	377	11.1.1.3	Inciso III	467
7.3.1	Ato atentatório à dignidade da justiça (arts 77, IV e VI, CPC/15).....	382	11.1.1.4	Inciso IV.....	467
7.3.2	Demais deveres do art. 77.....	385	11.1.5.5	Inciso V.....	477
7.3.3	Litigância de Má-Fé	389	11.1.6.6	Inciso VI.....	478
8.7.1	Art. 86, CPC.....	405	11.1.7.7	Inciso VII	479
8.7.2	Art. 87, CPC.....	408	11.1.8.8	Inciso VIII	479
8.7.3	Art. 88, CPC.....	408	11.1.9.9	Inciso IX.....	479
8.7.4	Art. 89, CPC.....	409	11.1.9.10	Inciso X.....	480
8.7.5	Art. 90, CPC.....	409	11.1.2	Art. 140.....	480
8.7.6	Art. 91, CPC.....	411	11.1.3	Art. 141.....	481
8.7.7	Art. 92, CPC.....	413	11.1.4	Art. 142.....	482
8.7.8	Art. 93, CPC.....	413	11.1.5	Art. 143.....	483
8.7.9	Art. 94, CPC.....	414	11.1.6	Princípio da Identidade Física do Juiz	485
8.7.10	Art. 95, CPC.....	414	11.2.1	Introdução	485
8.7.11	Art. 96, CPC.....	415	11.2.2	Art. 144.....	487
8.7.12	Art. 97, CPC.....	416	11.2.2.1	Inciso I.....	487
8.7.13	Regras Específicas.....	417	11.2.2.2	Inciso II.....	488
9.2.1	MP pode receber honorários?.....	425	11.2.2.3	Inciso III	489
9.2.2	Defensoria Pública pode receber honorários?.....	426	11.2.2.4	Inciso IV.....	489
9.4.1	Reconvenção	429	11.2.2.5	Inciso V.....	489
9.4.2	Cumprimento de Sentença	429	11.2.2.6	Inciso VI.....	490
9.4.3	Processo de Execução	430	11.2.2.7	Inciso VII	490
9.4.4	Recursos.....	430	11.2.2.8	Inciso VIII	490
9.6.1	Tratamento Diferenciado: Condenação da Fazenda Pública – Precatório e RPV	443	11.2.2.9	Inciso IX.....	491
			11.2.3	Art. 145.....	491
			11.2.3.1	Inciso I.....	492
			11.2.3.2	Inciso II.....	492
			11.2.3.3	Inciso III	493

11.2.3.4 Inciso IV.....	493	15.5.1 Litisconsórcio Inicial.....	551
11.2.4 Alegação de Impedimento e Suspeição..	494	15.5.2 Litisconsórcio Ulterior.....	552
11.2.4.1 Procedimento.....	494	15.6.1 Litisconsórcio Facultativo.....	555
11.2.5 Impedimento por Relação entre Juízes...	495	15.6.2 Litisconsórcio Necessário.....	557
11.2.6 Suspeição e Impedimento de Outros Atores do Processo.....	496	15.7.1 Litisconsórcio Unitário	560
11.2.6.1 Procedimento.....	496	15.7.2 Simples ou Comum	561
11.3.1 Introdução	497	15.11.1 Litisconsórcio Sucessivo	571
11.3.2 Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça.....	497	15.11.2 Litisconsórcio Eventual.....	571
11.3.3 Do Perito.....	498	15.11.3 Litisconsórcio Alternativo	572
11.3.5 Do Intérprete e do Tradutor.....	500	16.1.1 Conceito	591
11.3.6 Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais	501	16.1.2 Fundamentos da Intervenção de terceiro	592
12.3.1 Introdução e Mudanças Relevantes.....	508	16.1.3 Classificação de Terceiros.....	592
12.3.2 Art. 178 do CPC.....	511	16.1.4 Efeitos da Intervenção de Terceiro	593
12.3.2.1 Art. 178, I.....	511	16.1.5 Controle pelo Magistrado	593
12.3.2.2 Art. 178, II.....	513	16.1.6 Cabimento.....	593
12.3.2.3 Art. 178, III.....	514	16.1.7 Vedações.....	594
12.3.3 Art. 179 do CPC.....	515	16.2.1 Classificações das Intervenções de Terceiro	595
12.3.4 Art. 180 do CPC.....	515	16.2.2 Assistência.....	595
12.3.5 Art. 181 do CPC.....	516	16.2.2.1 Conceito.....	595
12.2.6 Outros apontamentos importantes sobre a atuação do MP.....	517	16.2.2.2 Interesse Jurídico Direto, Forte, Imediato	596
12.4.1 Introdução	519	16.2.2.3 Interesse Jurídico Fraco, Mediato, Reflexo ou Indireto.....	596
12.4.2 Direitos Difusos.....	521	16.2.2.4 Procedimento	596
12.4.3 Direitos Coletivos stricto sensu	521	16.2.2.5 Assistência Simples	597
12.4.4 Direitos Individuais Homogêneos.....	522	16.2.2.6 Assistência Litisconsorcial.....	599
12.4.5 Direitos Individuais Indisponíveis	526	16.2.2.7 Imutabilidade da Decisão	599
15.2.1 Introdução	550	16.2.2.8 Questão interessante	601
15.3.1 Litisconsórcio Ativo	550	16.2.3 Intervenções Anômalas ou Intervenções Especiais dos Entes Públicos	601
15.3.2 Litisconsórcio Passivo	550	16.2.4 Alienação da Coisa Litigiosa	605
15.3.3 Litisconsórcio Misto	550	16.2.5 Amicus curiae (singular) ou amici curiae (plural).....	606
15.4.1 Comunhão de Direitos ou Obrigações....	550	16.2.5.1 Conceito.....	606
15.4.2 Conexão	551	16.2.5.2 Histórico	607
15.4.3 Afinidade de Questões por Ponto Comum, de Fato e de Direito.....	551	16.2.5.3 CPC/15.....	607

16.2.5.4	Natureza Jurídica	609	17.3.4	Requisitos de Validade	647
16.2.5.5	Poderes.....	610	17.3.5	Capacidade do Agente	648
16.2.6	Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	612	17.3.6	Vontade ou Consentimento Livre.....	651
16.2.6.1	Conceito.....	612	17.3.7	Objeto Lícito, Possível e Determinável	652
16.2.6.2	História	613	17.3.8	Forma prescrita ou não defesa (não proibida) em lei	653
16.2.6.3	No Brasil.....	613	17.3.9	Vícios	653
16.2.6.4	Direito Material.....	614	17.3.10	Eficácia	654
16.2.6.5	Direito Processual.....	615	17.3.11	Calendarização Processual.....	656
16.2.6.6	Procedimento.....	616	17.5.1	Atos das Partes	658
16.2.6.6.1	Legitimidade.....	616	17.5.2	Pronunciamentos do Juiz	659
16.2.6.6.2	Instauração.....	617	17.7.1	Conceito e Regra.....	662
16.2.6.6.3	Pressupostos	618	17.7.2	Duas exceções no tocante à regra dos dias úteis (art. 214, CPC).....	662
16.2.6.6.4	Contraditório	618	17.7.2.1	1ª exceção	662
16.2.6.6.5	Fraude à execução	620	17.7.2.2	2ª exceção	664
16.2.7	Chamamento ao Processo	621	17.7.3	Duas exceções no tocante ao horário (6h às 20h)	664
16.2.7.1	Conceito.....	621	17.7.3.1	1ª exceção	664
16.2.7.2	Hipóteses.....	622	17.7.3.2	2ª exceção	664
16.2.7.3	Procedimento.....	624	17.7.4	Sanções para o ato praticado fora dessas regras	665
16.2.7.4	Questões Interessantes	624	17.7.5	Férias Forenses x Prazos.....	665
16.2.7.4.1	Art. 101, II, CDC.....	624	17.8.1	Regra	666
16.2.7.4.2	Art. 1.698, CC	625	17.8.2	Exceções.....	667
16.2.8	Denúnciação da Lide.....	627	17.9.1	Conceito	667
16.2.8.1	Conceito.....	627	17.9.2	Classificações	668
16.2.8.2	História	627	17.9.2.1	1ª classificação: pela sua origem.	668
16.2.8.3	Hipóteses.....	629	17.9.2.2	2ª classificação: quanto às consequências de seu descumprimento	668
16.2.8.4	Procedimento da Denúnciação feita pelo autor.....	633	17.9.2.3	3ª classificação: quanto à exclusividade do destinatário	668
16.2.8.5	Procedimento da Denúnciação feita pelo réu	633	17.9.2.4	4ª classificação: pela possibilidade de flexibilização	668
16.2.9	Outras Intervenções.....	634	17.9.3	Prazo Subsidiário e Prazo para Comparecimento.....	669
17.2.1	Liberdade das Formas (art. 188) e Instrumentalidade das Formas (art. 277).....	640	17.9.4	Ato Processual Prematuro.....	669
17.2.2	Publicidade (art. 189, CPC).....	641	17.9.5	Contagem dos Prazos em Dias Úteis	670
17.2.3	Uso da Língua Portuguesa	641			
17.2.4	Flexibilização Procedimental.....	642			
17.3.1	Classificações	642			
17.3.2	Objeto do Negócio Jurídico Processual...644				
17.3.3	Momento	647			

17.9.6	Direito Intertemporal.....	671	17.11.2.7.3	Citação por Oficial de Justiça..	700
17.9.7	Suspensão dos Prazos Processuais.....	671	17.11.2.7.4	Citação por Hora Certa.....	701
17.9.7.1	1ª regra (art. 220).....	671	17.11.2.7.5	Citação por Edital.....	703
17.9.7.2	2ª regra (art. 221).....	672	17.11.2.7.6	Citação pelo Escrivão ou Chefe de Secretaria.....	705
17.9.7.3	3ª regra (art. 222).....	672	17.11.3	Intimação.....	705
17.9.8	Afinal, como é feita a contagem dos prazos?	672	17.11.3.1	Conceito	705
17.9.9	Renúncia do Prazo	677	17.11.3.2	Meios de Intimação.....	705
17.9.10	9 Prazos do Juiz	677	17.11.3.2.1	Intimação por Meio Eletrônico ou Diário Oficial	706
17.9.11	Prazos dos Servidores	677	17.11.3.2.2	Intimação por Correio; Escrivão/Chefe de Secretaria e Oficial de Justiça	709
17.9.12	Prazos das Partes.....	678	17.11.4	– Cartas.....	710
17.10.1	Conceito	678	17.11.4.1	Carta de Ordem	710
17.10.2	Fundamentos.....	679	17.11.4.2	Carta Rogatória	711
17.10.3	Espécies	679	17.11.4.3	Carta Precatória.....	711
17.10.3.1	Preclusão temporal.....	679	17.11.4.4	Carta Arbitral	711
17.10.3.2	Preclusão lógica	679	17.11.4.5	Requisitos.....	712
17.10.3.3	Preclusão consumativa	679	17.11.4.6	Prazo	712
17.10.3.4	Preclusão sanção.....	680	17.11.4.7	Caráter Itinerante e Recusa de Cumprimento da Carta.....	713
17.10.3.5	Preclusão ordinatória.....	680	17.11.4.8	Meio Eletrônico como Preferencial	714
17.10.3.6	Preclusão máxima.....	680	17.11.4.9	Devolução.....	714
17.10.3.7	Preclusão pro judicato.....	681	18.2.1	Princípio da Instrumentalidade das Formas.....	724
17.11.1	Introdução e Conceitos.....	681	18.2.2	Princípio da Fungibilidade.....	725
17.11.2	Citação.....	682	18.2.3	Princípio da Sanabilidade dos Defeitos Processuais.....	725
17.11.2.1	Conceito	682	18.2.4	Princípio da Causalidade.....	726
17.11.2.2	Natureza Jurídica	683	18.2.5	Princípio da Boa-fé Objetiva.....	726
17.11.2.3	Comparecimento Espontâneo.....	683	19.1.1	Tutela Definitiva x Tutela Provisória.....	733
17.11.2.4	Citação Direta e Indireta.....	684	19.1.2	Tutela Satisfativa x Tutela Cautelar	733
17.11.2.5	Local e Tempo da Citação.....	686	19.2.1	Finalidade.....	734
17.11.2.6	Efeitos Materiais e Processuais da Citação	688	19.2.2	Modalidades (art. 294).....	734
17.11.2.6.1	CPC/73.....	688	19.2.3	Legitimados	734
17.11.2.6.2	CPC/15.....	688	19.2.4	Competência.....	735
17.11.2.7	Espécies/Modalidades de Citação..	693	19.2.5	Pagamento de Custas.....	736
17.11.2.7.1	Citação por Meio Eletrônico....	693	19.2.6	Precariedade.....	736
17.11.2.7.1.1	– É possível citação/ intimação via WhatsApp ou por redes sociais?	698			
17.11.2.7.2	Citação por Correios	699			

19.2.7	Discricionariedade e Fundamentação	738	20.2.2.8	Inciso IX e X	777
19.2.8	Poder Geral de Efetivação	738	20.2.3	Art. 314	778
19.3.1	Cabimento	738	20.2.4	Art. 315	778
19.3.2	Forma de Requerimento	739	20.3.1	Introdução	779
19.3.3	Requisitos	739	20.3.1.1	Art. 316	779
19.3.4	Irreversibilidade	740	20.3.1.2	Art. 317	780
19.3.5	Caução	740	20.3.2	Extinção do Processo Sem Resolução do Mérito	780
19.3.6	Contraditório, Audiência de Justificação e Liminar	741	20.3.2.1	Inciso I	780
19.3.7	Concessão de Ofício	742	20.3.2.2	Inciso II	781
19.3.8	Fungibilidade	743	20.3.2.3	Inciso III	782
19.3.9	Responsabilidade Objetiva	743	20.3.2.4	Inciso IV	782
19.3.10	Recursos	747	20.3.2.5	Inciso V	783
19.3.11	Execução	747	20.3.2.6	Inciso VI	783
19.4.1	Tutela provisória de urgência antecipada (antecedente)	747	20.3.2.7	Inciso VII	783
19.4.2	Tutela provisória de urgência cautelar (antecedente)	753	20.3.2.8	Inciso VIII	784
19.5.1	Requisitos	758	20.3.2.9	Inciso IX	785
19.5.2	Inciso I	758	20.3.3	Sentenças Definitivas – Com Resolução de Mérito (art. 487, CPC)	786
19.5.3	Inciso II	758	20.3.3.1	Art. 487, I	786
19.5.4	Inciso III	759	20.3.3.2	Art. 487, III	786
19.5.5	Inciso IV	760	20.3.3.3	Art. 487, II	787
20.1.1	Passo a Passo da Formação do Processo	767	21.2.1	Forma escrita	792
20.2.1	Conceito	769	21.2.2	Endereçamento	792
20.2.2	Causas de Suspensão do Processo	770	21.2.3	Qualificação das partes	793
20.2.2.1	Inciso I – Morte ou Perda da Capacidade Processual das Partes; do Representante Legal ou do seu Procurador	770	21.2.4	Causa de Pedir	794
20.2.2.2	Inciso III – Arguição de Impedimento e Suspeição	774	21.2.5	Pedido	794
20.2.2.3	Inciso IV – Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)	774	21.2.6	Valor da Causa	794
20.2.2.4	Inciso V – Prejudicialidade	775	21.2.7	Juntada de Documentos Indispensáveis e Indicação dos Meios de Prova que Pretende Utilizar	801
20.2.2.5	Inciso VI – Força Maior	776	21.2.8	Informar se pretende realizar ou não a audiência de conciliação e mediação ..	802
20.2.2.6	Inciso VII – Tribunal Marítimo	776	21.2.9	Assinatura de quem tenha a capacidade postulatória	802
20.2.2.7	Inciso VIII – Demais Casos	777	21.3.1	Requisitos	803
			21.3.2	Interpretação Conforme Boa-Fé	805
			21.3.3	Cumulação de Pedidos	806
			21.3.3.1	Cumulação Própria	806

21.3.3.2	Cumulação Imprópria.....	807	24.3.1.3.1.5	Perempção, Litispêndência e Coisa Julgada.....	852
21.3.3.3	Cumulação de Pedidos e Litisconsórcio.....	808	24.3.1.3.1.6	Conexão.....	852
21.3.3.4	Sucumbência.....	809	24.3.1.3.1.7	Incapacidade da Parte, Defeito de Representação ou Falta de Autorização.....	852
21.3.4	– Aditamento/Alteração do Pedido.....	812	24.3.1.3.1.8	Convenção de Arbitragem.....	852
22.2.1	Introdução.....	818	24.3.1.3.1.9	Ausência de Legitimidade ou de Interesse Processual.....	853
22.2.2	Inépcia.....	820	24.3.1.3.1.10	Falta de Caução ou de Outra Prestação que a Lei Exige como Preliminar.....	856
22.2.3	Manifesta Ilegitimidade da Parte.....	821	24.3.1.3.1.11	Indevida Concessão de Gratuidade de Justiça.....	856
22.2.4	Falta de Interesse Processual.....	822	24.3.1.3.2	Mérito.....	856
22.2.5	Não atendimento dos arts. 106 e 321, CPC.....	822	24.3.2	Reconvenção.....	857
22.3.1	Introdução.....	822	24.3.2.1	Conceito.....	857
22.3.2	Hipóteses de Improcedência Liminar do Pedido.....	825	24.3.2.2	Pressupostos Processuais.....	857
22.3.2.1	Inciso I.....	825	24.3.2.3	Condições da Ação.....	858
22.3.2.2	Incisos II e III.....	825	24.3.2.3.1	Legitimidade.....	858
22.3.2.3	Inciso IV.....	826	24.3.2.3.2	Interesse de Agir.....	860
22.3.2.4	Art. 332, § 1º.....	826	24.3.2.4	Procedimento.....	860
22.3.2.5	Hipótese Atípica de Improcedência Liminar do Pedido.....	828	25.2.1	Efeito material.....	865
24.3.1	Contestação.....	843	25.2.2	Efeitos processuais.....	867
24.3.1.1	Prazo.....	844	25.3.1	1ª questão.....	868
24.3.1.1.1	1ª hipótese.....	844	25.3.2	2ª questão.....	868
24.3.1.1.2	2ª hipótese.....	844	25.3.3	3ª questão.....	868
24.3.1.1.3	3ª hipótese.....	844	25.3.4	4ª questão.....	869
24.3.1.1.4	4ª hipótese.....	844	26.1.1	1ª Hipótese.....	871
24.3.1.2	Normas Fundamentais da Contestação.....	845	26.1.2	2ª Hipótese.....	871
24.3.1.2.1	Regra da Eventualidade ou da Concentração da Defesa.....	845	26.1.3	3ª Hipótese.....	872
24.3.1.2.2	Ônus da Impugnação Específica.....	846	26.2.1	Introdução.....	872
24.3.1.3	Estrutura da Contestação.....	848	26.2.2	Extinção do Processo sem e com Resolução do Mérito.....	872
24.3.1.3.1	Preliminares.....	849	26.2.3	Julgamento Antecipado do Mérito.....	873
24.3.1.3.1.1	Inexistência ou Nulidade de Citação.....	849	26.2.4	Julgamento Antecipado Parcial do Mérito.....	874
24.3.1.3.1.2	Incompetência Absoluta e Relativa.....	850	26.2.5	Saneamento.....	878
24.3.1.3.1.3	Incorreção do Valor da Causa.....	851			
24.3.1.3.1.4	Inépcia da Petição Inicial.....	851			

26.2.5.1	Introdução.....	878	27.3.6.1.3	Teoria da Limitação da Mancha Purgada (purged taint).....	903
26.2.5.2	Atividades do Juiz no Saneamento... ..	878	27.3.6.1.4	Exceção de Boa-Fé (Good Faith Exception).....	904
26.2.5.3	Saneamento Compartilhado	880	27.3.6.1.5	Teoria do Risco	904
27.2.1	– Poder de Polícia	888	27.3.6.1.6	Limitação da Destruição da Mentira do Imputado.....	905
27.2.2	Gravação	888	27.3.6.1.7	Doutrina da Visão Aberta	905
27.2.3	Procedimento	888	27.3.6.1.8	Teoria do Encontro Fortuito de Provas (Serendipidade).....	905
27.2.3.1	Abertura e Pregão.....	888	27.3.6.1.9	A limitação da Infração Constitucional Alheia.....	906
27.2.3.2	Conciliação	889	27.3.6.1.10	– Limitação por Pessoas que não Fazem Parte de Órgão Policial.....	906
27.2.3.3	Fixação dos Pontos Controvertidos..	889	27.3.6.2	– Inutilização da Prova Ilícita.....	906
27.2.3.4	Ordem das Provas.....	889	27.3.6.3	– Descontaminação.....	906
27.2.3.4.1	1ª prova	890	27.3.7	Finalidade da Prova	907
27.2.3.4.2	2ª prova	890	27.3.8	Destinatário da Prova	907
27.2.3.4.3	3ª Prova	891	27.3.9	Objeto da Prova	907
27.2.3.5	Debates Oraís	891	27.3.10	Características do Fato Probando.....	908
27.2.3.6	Sentença.....	891	27.3.11	Estândares (Standards) Probatórios.....	908
27.2.4	Audiência Una e Contínua	891	27.3.12	Hipóteses de Desnecessidade de Prova.....	910
27.2.5	Adiamento da Audiência	893	27.3.11.1	Fato Notório.....	910
27.2.6	Princípio da Oralidade.....	895	27.3.11.2	Fatos Confessados	911
27.3.1	Introdução	895	27.3.11.3	Ausência de Controvérsia.....	911
27.3.2	Direito Intertemporal.....	896	27.3.11.4	Presunção.....	911
27.3.3	Espécies de Prova	896	27.3.11.4.1	Presunção Absoluta.....	911
27.3.3.1	Quanto ao fato/objeto (prova direta e indireta)	896	27.3.11.4.2	Presunção Relativa	912
27.3.3.2	Quanto à fonte (prova pessoal e real).....	897	27.3.11.4.3	Presunção Legal e Judicial	913
27.3.3.3	Quanto à forma (modalidades pelas quais se apresenta em juízo) ..	897	27.3.12	Prova do Direito.....	914
27.3.3.4	Quanto à preparação (casual ou pré-constituídas ou composta).....	897	27.3.13	Ônus da Prova	915
27.3.3.5	Quanto à previsibilidade em lei (provas típicas e atípicas).....	897	27.3.14	Regras de Distribuição do Ônus da Prova	915
27.3.4	A Verdade Possível.....	899	27.3.15	Inversão do Ônus da Prova.....	916
27.3.5	Direito Constitucional à Prova	901	27.3.15.1	Inversão Convencional	916
27.3.6	Provas Ilícitas.....	901	27.3.15.2	Inversão Legal	917
27.3.6.1	Flexibilizações à Prova Ilícita por Derivação.....	902	27.3.15.3	Inversão Judicial.....	918
27.3.6.1.1	Da Teoria da Fonte Independente.....	902	27.3.16	Poderes Instrutórios do Juiz.....	920
27.3.6.1.2	Teoria da Descoberta Inevitável.....	903	27.3.17	Prova Emprestada.....	922
			27.3.18	Sistemas de Valoração da Prova.....	923

27.3.18.1 Sistema da Íntima Convicção.....	924	27.4.5.5.2.1 Eficácia dos Documentos Narrativos (Testemunhais).....	947
27.3.18.2 Sistema da Prova Tarifada/Legal.....	924	27.4.5.5.2.2 Eficácia Probatória dos Meios de Transmissão de Dados.....	947
27.3.18.3 Sistema da Persuasão Racional/Convencimento Motivado.....	924	27.4.5.5.2.3 Eficácia Probatória das Cartas.....	948
27.4.1 Produção Antecipada de Provas.....	926	27.4.5.5.2.4 Eficácia Probatória dos Livros Empresariais e da Escrituração Contábil.....	948
27.4.1.1 Introdução.....	926	27.4.5.5.2.5 Eficácia Probatória dos Documentos Eletrônicos.....	948
27.4.1.2 Cabimento.....	927	27.4.5.6 Originais, Cópias, Certidões e Translados.....	949
27.4.1.3 Competência.....	928	27.4.5.7 Vícios do Documento.....	950
27.4.1.4 Procedimento.....	930	27.4.5.8 Produção da Prova Documental.....	950
27.4.2 Ata Notarial.....	932	27.4.5.8.1 Introdução.....	950
27.4.3 Depoimento Pessoal.....	934	27.4.5.8.2 Juntada Posterior de Documentos.....	951
27.4.3.1 Introdução.....	934	27.4.5.8.3 Contraditório.....	952
27.4.3.2 Depoimento Pessoal e Interrogatório.....	934	27.4.5.9 Meios de Obtenção da Prova Documental.....	955
27.4.3.3 Depoimento Pessoal é Ato Personalíssimo?.....	935	27.4.5.9.1 Requisição de Documentos.....	955
27.4.3.4 Recusa em Depor.....	936	27.4.5.9.2 Exibição de Documento ou Coisa.....	955
27.4.3.5 Procedimento.....	936	27.4.5.9.2.1 Exibição em face da Parte Adversária (arts. 396 a 400).....	956
27.4.4 Confissão.....	937	27.4.5.9.2.2 Exibição em face de Terceiro Particular.....	959
27.4.4.1 Introdução.....	937	27.4.6 Prova Testemunhal.....	961
27.4.4.2 Espécies de Confissão.....	940	27.4.6.1 Introdução.....	961
27.4.4.2.1 Confissão Judicial.....	940	27.4.6.2 Cabimento da Prova Testemunhal.....	961
27.4.4.2.2 Confissão Extrajudicial.....	940	27.4.6.3 Capacidade para Testemunhar.....	962
27.4.4.3 Indivisibilidade da Confissão.....	940	27.4.6.4 Incapazes de Testemunhar.....	962
27.4.4.4 Invalidação da Confissão.....	941	27.4.6.4.1 Impedidos de Testemunhar.....	963
27.4.5 Da Prova Documental.....	943	27.4.6.4.2 Suspeitos de Testemunhar.....	963
27.4.5.1 Introdução.....	943	27.4.6.4.3 Direito ao silêncio.....	964
27.4.5.2 Elementos do Documento.....	944	27.4.6.5 Local e Tempo do Testemunho.....	965
27.4.5.2.1 Autoria do Documento.....	944	27.4.6.6 Procedimento.....	965
27.4.5.2.2 Conteúdo.....	944	27.4.6.6.1 Juntada do rol e Intimação.....	965
27.4.5.2.3 Suporte.....	945	27.4.6.6.2 Colheita do Depoimento.....	966
27.4.5.3 Documento e Instrumento.....	945		
27.4.5.4 Data do Documento.....	945		
27.4.5.5 Eficácia Probatória do Documento (arts. 405 a 429).....	946		
27.4.5.5.1 Documentos Públicos.....	946		
27.4.5.5.1.1 Documento Público Viciado.....	946		
27.4.5.5.2 Documentos Particulares.....	947		

27.4.6.6.3 Documentação	968	28.3.2.4 Formas de Impugnação	1006
27.4.6.6.4 Despesas.....	969	28.3.2.5 Fundamentação e Coisa Julgada....	1007
27.4.7 Prova Pericial.....	970	28.3.3 Dispositivo.....	1008
27.4.7.1 Conceito.....	970	28.4.1 Congruência Interna.....	1008
27.4.7.2 Fontes	971	28.4.1.1 Certeza.....	1009
27.4.7.3 Espécies de Perícia.....	972	28.4.1.2 Liquidez	1009
27.4.7.4 Hipóteses de Não Cabimento.....	973	28.4.1.3 Clareza e Coerência.....	1009
27.4.7.5 Procedimento.....	973	28.4.2 Congruência Externa	1010
27.4.7.5.1 Indicação de Perito	973	28.4.2.1 Sentença Extra Petita.....	1011
27.4.7.5.2 Escusa e Recusa do Perito	974	28.4.2.2 Sentença Ultra Petita	1013
27.4.7.5.3 Prova Pericial Complexa.....	974	28.4.2.3 Sentença Citra Petita (ou infra petita)	1015
27.4.7.5.4 Substituição do Perito.....	974	28.5.1 Aplicabilidade	1017
27.4.7.5.5 Atos Preparatórios.....	975	28.5.2 Classificação.....	1018
27.4.7.5.6 Intimação Prévia das Partes.....	976	28.5.2.1 Quanto à Uniformidade do Objeto de Cognição	1018
27.4.7.5.7 Apresentação do Laudo.....	977	28.5.2.2 Quanto à Hierarquia	1018
27.4.7.5.8 Prova Pericial e AIJ	978	28.5.2.3 Quanto à autonomia.....	1018
27.4.7.6 Segunda Perícia.....	978	29.3.1 Fase de Liquidação	1026
27.4.7.7 Livre Apreciação (Motivada) da Prova Pericial	978	29.3.2 Processo de Liquidação	1027
27.4.8 Inspeção Judicial	979	29.3.3 Liquidação Incidental	1027
27.4.8.1 Conceito.....	979	29.4.1 Liquidação por Cálculo	1027
27.4.8.2 Momento.....	979	29.4.2 Liquidação por Arbitramento.....	1028
27.4.8.3 Fontes	979	29.4.3 Liquidação pelo Procedimento Comum	1029
27.4.8.4 Classificação	980	29.6.1 Legitimidade.....	1030
27.4.8.5 Local da Inspeção	980	29.6.2 Competência.....	1030
27.4.8.6 Conclusão.....	980	29.6.3 Liquidação Provisória.....	1031
28.2.1 Classificação quanto ao Conteúdo	985	29.6.4 Princípio da Fidelidade do Título	1032
28.3.1.1 Sentença Condenatória	986	29.6.5 Liquidação com Dano Zero.....	1033
28.3.1.2 Sentença Constitutiva	986	29.6.6 Liquidação da Sentença e Capítulos da Decisão	1033
28.3.1.3 Sentença Declaratória.....	987	30.1.1 Coisa Julgada como Presunção Absoluta de Verdade	1035
28.2.2 Classificação quanto à Resolução ou não do Mérito	989	30.1.2 Coisa Julgada como Ficção de Verdade (Teoria da Representação).....	1036
28.2.3 Sentença Determinativa	989	30.1.3 Coisa Julgada como Certeza Judicial	1036
28.2.4 Sentença Estrutural ou Estruturante.....	990	30.1.4 Coisa Julgada como Eficácia da Sentença.....	1036
28.3.1 Relatório.....	995		
28.3.2 Fundamentação.....	996		
28.3.2.1 Introdução.....	996		
28.3.2.2 Conteúdo da Fundamentação	997		
28.3.2.3 Vícios na Fundamentação	998		

30.1.5	Coisa Julgada segundo Chiovenda	1037	30.6.6.3	3º requisito	1059
30.1.6	Coisa Julgada segundo Carnelutti.....	1038	30.6.6.4	4º requisito	1060
30.1.7	Coisa Julgada como Qualidade dos Efeitos da Sentença – Liebman	1038	30.6.6.5	5º requisito	1061
30.1.8	Coisa julgada como Qualidade do Conteúdo, da Força da Sentença ou como Situação Jurídica – Barbosa Moreira.....	1040	30.6.7	Direito Intertemporal.....	1062
30.1.9	Direito Brasileiro	1041	30.6.8	Ação Declaratória Incidental.....	1063
30.2.1	Fundamento Constitucional.....	1042	30.7.1	Pro et contra.....	1063
30.2.2	Pressupostos	1042	30.7.2	Secundum eventum litis.....	1063
30.2.2.1	1º pressuposto.....	1042	30.7.3	Secundum eventum probationis	1064
30.2.2.2	2º pressuposto.....	1043	30.8.1	Introdução	1065
30.4.1	Introdução	1045	30.8.2	1ª hipótese.....	1065
30.4.2	1ª dimensão/função	1045	30.8.3	2ª hipótese.....	1065
30.4.3	2ª dimensão/função	1046	30.8.4	3ª hipótese.....	1068
30.5.1	Introdução	1047	30.8.5	4ª hipótese.....	1068
30.5.2	Limites Subjetivos	1047	30.8.6	5ª hipótese.....	1068
30.5.2.1	1ª situação: Coisa julgada inter partes	1047	30.8.7	6ª hipótese	1072
30.5.2.2	2ª situação: Coisa julgada ultra partes	1049	30.8.8	7ª hipótese	1075
30.5.2.2.1	1ª hipótese: Substituídos.....	1049	30.8.9	8ª hipótese	1077
30.5.2.2.2	2ª hipótese: Sucessores.....	1051	30.8.10	9ª hipótese	1077
30.5.2.2.3	3ª hipótese: Legitimação Concorrente	1051	30.8.11	10ª hipótese	1077
30.5.2.2.4	4ª hipótese: Solidariedade (art. 274, CC).....	1051	31.1.1	Comparação do CPC/73 com o CPC/15.....	1083
30.5.2.2.5	5ª hipótese: Tutela Coletiva (art. 103, II, CDC).....	1052	31.1.2	Procedimentos Especiais: Jurisdição Contenciosa e Voluntária	1084
30.5.2.3	3ª situação: Coisa julgada erga omnes	1052	31.1.3	Mudanças Relevantes.....	1085
30.6.1	Introdução	1053	31.1.4	Fundamento Principiológico dos Procedimentos Especiais.....	1085
30.6.2	Teoria Restritiva	1054	31.2.1	Consignação em Pagamento.....	1087
30.6.3	Teoria Ampliativa ou Amplexiva.....	1055	31.2.1.1	Consignação Extrajudicial.....	1088
30.6.4	Direito Brasileiro	1056	31.2.1.2	Consignação Judicial.....	1089
30.6.5	Questão Prejudicial.....	1056	31.2.1.2.1	Competência	1089
30.6.6	Art. 503, § 1º do CPC/15.....	1058	31.2.1.2.2	Legitimidade.....	1090
30.6.6.1	1º requisito	1058	31.2.1.2.3	Procedimento.....	1091
30.6.6.2	2º requisito	1059	31.2.2	Ação de Exigir Contas.....	1095
			31.2.2.1	Introdução e Natureza Dúplice.....	1095
			31.2.2.2	Competência	1096
			31.2.2.3	Legitimidade	1096
			31.2.2.4	Interesse de Agir.....	1097
			31.2.2.5	Procedimento.....	1098

31.2.3	Ações Possessórias	1100	31.2.8.1	Introdução.....	1139
31.2.3.1	Introdução.....	1100	31.2.8.2	Procedimento.....	1140
31.2.3.2	Competência.....	1103	31.2.9	Ação de Habilitação	1141
31.2.3.3	Legitimidade	1104	31.2.9.1	Finalidade.....	1141
31.2.3.4	Procedimento.....	1105	31.2.9.2	Legitimidade	1142
31.2.4	Ação de Divisão e Demarcação de Terras	1111	31.2.9.3	Procedimento.....	1142
31.2.4.1	Disposições Gerais.....	1111	31.2.10	Ações de Família	1143
31.2.4.2	Ação de Demarcação	1112	31.2.10.1	Introdução	1143
31.2.4.2.1	Competência	1112	31.2.10.2	Cabimento.....	1145
31.2.4.2.2	Legitimidade.....	1113	31.2.10.3	Formas Consensuais de Conflito..	1145
31.2.4.2.3	Procedimento da Ação de Demarcação.....	1113	31.2.10.4	Procedimento	1146
31.2.4.3	Ação de Divisão.....	1114	31.2.11	Ação Monitória.....	1147
31.2.4.3.1	Competência	1114	31.2.11.1	Introdução	1147
31.2.4.3.2	Legitimidade.....	1114	31.2.11.2	Natureza Jurídica	1148
31.2.4.3.3	Procedimento da Ação de Divisão.....	1114	31.2.11.3	Requisitos.....	1148
31.2.5	Ação de Dissolução Parcial da Sociedade	1116	31.2.11.4	Legitimidade.....	1152
31.2.5.1	Introdução.....	1116	31.2.11.5	Procedimento	1152
31.2.5.2	Competência.....	1117	31.2.12	Ação de Homologação de Penhor Legal	1156
31.2.5.3	Legitimidade	1117	31.2.12.1	Introdução	1156
31.2.5.4	Procedimento.....	1118	31.2.12.2	Forma de Constituição	1156
31.2.6	Ação de Inventário e Partilha.....	1119	31.2.12.3	Competência.....	1157
31.2.6.1	Introdução.....	1119	31.2.12.4	Legitimidade.....	1157
31.2.6.2	Competência.....	1121	31.2.12.5	Procedimento	1157
31.2.6.3	Legitimidade	1121	31.2.13	Da Regulação de Avaria Grossa	1158
31.2.6.4	Procedimento.....	1122	31.2.13.1	Introdução	1158
31.2.6.4.1	Inventário	1122	31.2.13.2	Procedimento	1158
31.2.6.4.2	Partilha.....	1126	31.2.14	Ação de Restauração de Autos	1159
31.2.6.4.3	Arrolamento	1129	31.2.14.1	Competência.....	1160
31.2.7	Embargos de Terceiro	1131	31.2.14.2	Legitimidade.....	1160
31.2.7.1	Introdução.....	1131	31.2.14.3	Procedimento	1160
31.2.7.2	Legitimidade	1132	31.3.1	Disposições Gerais	1161
31.2.7.3	Competência	1136	31.3.1.1	Competência	1162
31.2.7.4	Prazo	1136	31.3.1.2	Legitimidade	1162
31.2.7.5	Procedimento.....	1137	31.3.1.3	Procedimento.....	1163
31.2.8	Oposição	1139	31.3.2	Da Notificação e da Interpelação	1165
			31.3.3	Da Alienação Judicial	1167

31.3.4	Divórcio e Separação Consensuais; Extinção Consensual de União Estável e Alteração do Regime de Bens do Matrimônio	1167	32.3.5	Quanto à Forma de Efetivação.....	1193
31.3.4.1	Introdução.....	1167	32.4.1	Princípio da Nulla Executio Sine Titulo .	1194
31.3.4.2	Competência	1168	32.4.2	Princípio da Nulla Titulus Sine Lege.....	1194
31.3.4.3	Procedimento	1168	32.4.3	Princípio da Patrimonialidade	1195
31.3.4.4	Alteração do Regime de Casamento	1170	32.4.4	Princípio do Desfecho Único	1195
31.3.4.5	Procedimento.....	1171	32.4.5	Princípio da Disponibilidade da Execução	1196
31.3.5	Dos Testamentos e Dos Codicilos.....	1172	32.4.6	Princípio da Utilidade.....	1197
31.3.5.1	Testamento Cerrado.....	1172	32.4.7	Princípio da Máxima Efetividade e da Menor Onerosidade.....	1197
31.3.5.2	Competência	1172	32.4.8	Princípio da Lealdade Processual	1198
31.3.5.3	Procedimento.....	1172	32.4.9	Princípio do Contraditório	1200
31.3.5.4	Testamento Público.....	1173	32.4.10	Princípio da Atipicidade dos Meios Executivos	1201
31.3.5.5	Testamento Particular	1173	32.4.11	Princípio da Responsabilidade Objetiva.....	1201
31.3.5.6	Codicilo.....	1173	32.5.1	Introdução	1201
31.3.6	Herança Jacente	1173	32.5.2	Legitimidade Ativa	1201
31.3.6.1	Introdução.....	1173	32.5.3	Legitimidade Passiva	1203
31.3.6.2	Competência.....	1174	32.5.4	Intervenção de Terceiros na Execução ..	1205
31.3.6.3	Legitimidade	1174	32.5.4.1	Intervenções Típicas.....	1205
31.3.6.4	Procedimento.....	1174	32.5.4.2	Intervenções Atípicas	1206
31.3.7	Bens dos Ausentes.....	1176	32.6.1	Competência no cumprimento de sentença (TEJ).....	1206
31.3.8	Coisas Vagas.....	1176	32.6.2	Competência no Processo de Execução (TEE)	1209
31.3.9	Da Interdição/Disposições Comuns à Tutela e à Curatela.....	1177	33.4.1	Inciso I	1214
31.3.10	Da Organização e Fiscalização das Fundações.....	1180	33.4.2	Inciso II	1216
31.3.11	Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo.....	1182	33.4.3	Inciso III.....	1216
32.3.1	Quanto à origem do título.....	1190	33.4.4	Inciso IV	1217
32.3.1.1	Títulos judiciais (art. 515, CPC) – TEJ	1190	33.4.5	Inciso V.....	1217
32.3.1.2	Títulos extrajudiciais (art. 784, CPC) – TEE	1190	33.4.6	Inciso VI	1218
32.3.2	Quanto à Autonomia da Execução.....	1190	33.4.7	Inciso VII.....	1219
32.3.3	Quanto à Natureza da Obrigação apresentada em juízo.....	1192	33.4.8	Incisos VIII e IX.....	1220
32.3.4	Quanto à Estabilidade do Título	1193	33.5.1	Inciso I	1221
			33.5.2	Inciso II	1221
			33.5.3	Inciso III.....	1222

33.5.4	Inciso IV	1222	35.2.3	Procedimento	1274
33.5.5	Inciso V.....	1222	35.2.4	Requerimento.....	1274
33.5.6	Inciso VI	1223	35.2.5	Retorno ao Status Quo Ante e Responsabilidade Objetiva.....	1275
33.5.7	Inciso VII.....	1223	35.2.6	Caução na Execução Provisória.....	1276
33.5.8	Inciso VIII.....	1223	35.2.6.1	Natureza Jurídica da Caução.....	1276
33.5.9	Inciso IX.....	1223	35.2.6.2	Requisitos Formais.....	1276
33.5.10	Inciso X.....	1224	35.2.6.3	Atuação de Ofício.....	1277
33.5.11	Inciso XI	1225	35.2.6.4	Dispensa da Caução.....	1277
33.5.12	Inciso XI-A.....	1225	35.2.6.4.1	Inciso I.....	1277
33.5.13	Inciso XII.....	1226	35.2.6.4.2	Inciso II.....	1277
34.2.1	Inciso I	1231	35.2.6.4.3	Incisos III e IV.....	1277
34.2.2	Inciso II	1233	35.2.7	Cabimento da Multa pelo Não Pagamento.....	1278
34.2.3	Inciso III.....	1234	35.2.8	Honorários Advocatícios.....	1279
34.2.4	Inciso IV	1234	35.3.1	Cumprimento de Sentença de Obrigação de Pagar Quantia Certa	1281
34.2.5	Inciso V.....	1239	35.3.1.1	Introdução.....	1281
34.2.6	Inciso VI	1239	35.3.1.2	Iniciativa	1281
34.2.7	Inciso VII.....	1240	35.3.1.3	Requerimento Inicial.....	1282
34.3.1	Responsabilidade do Fiador	1241	35.3.1.4	Excesso dos C�culos	1283
34.3.2	Responsabilidade do Espólio/Herdeiro	1241	35.3.1.5	Intimação do Executado.....	1284
34.3.3	Responsabilidade do Incapaz	1241	35.3.1.6	Cumprimento da Obrigação	1285
34.3.4	Responsabilidade nos casos de Superfície, Enfitese, Concessão de Direito Real de Uso e Direito de Laje....	1243	35.3.1.6.1	Honorários Advocatícios.....	1286
34.4	Fraudes do Devedor	1244	35.3.1.6.2	Multa de 10%.....	1287
34.4.1	Fraude contra Credores	1244	35.3.1.6.3	Expedição de Mandado de Penhora e Avaliação.....	1288
34.4.2	Fraude � Execução.....	1247	35.3.1.6.4	Termo Inicial da Contagem do Prazo para Impugnação.....	1288
34.4.2.1	1� Hipótese de Fraude � Execução	1247	35.3.1.7	Meios Coercitivos Disponíveis.....	1289
34.4.2.2	2� Hipótese de Fraude � Execução	1250	35.3.1.7.1	Protesto Extrajudicial da Sentenç�a.....	1289
34.4.2.3	3� Hipótese de Fraude � Execução	1251	35.3.1.7.2	Inserção em Cadastro de Inadimplentes	1290
34.4.2.4	4� Hipótese de Fraude � Execução	1251	35.3.2	Cumprimento de Sentenç�a de Obrigação de Fazer e Não Fazer	1292
34.4.2.5	5� Hipótese de Fraude � Execução	1252	35.3.2.1	Introdução.....	1292
34.5.1	Art. 833, CPC.....	1252	35.3.2.2	Alcance dos art. 497 a 499 e 536, CPC.....	1293
34.5.2	Lei n. 8.009/90 (Bem de Família)	1263	35.3.2.3	Conversão em Perdas e Danos	1294
34.5.2.1	Exceções � Impenhorabilidade.....	1266	35.3.2.4	Procedimento.....	1297
35.2.1	Introdução	1274			
35.2.2	Nomenclatura.....	1274			

35.3.2.5	Atipicidade das Formas Executivas	1298	36.4.3.2.8	Penhoras Especiais	1340
35.3.2.6	Multa Coercitiva	1299	36.4.3.2.8.1	Penhora <i>on-line</i> de dinheiro em depósito ou aplicação financeira	1340
35.3.2.6.1	Introdução	1299	36.4.3.2.8.2	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais (arts. 855 a 860)	1344
35.3.2.6.2	Critérios para a Fixação e Alteração	1302	36.4.3.2.8.3	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel	1346
35.3.2.6.3	Alteração Posterior do Valor e da Periodicidade	1304	36.4.3.2.8.4	Penhora da empresa e outros estabelecimentos	1346
35.3.2.6.4	Revisão do Montante Acumulado	1305	36.4.3.2.8.5	Penhora de percentual do faturamento	1347
35.3.2.6.5	Contra Quem a Multa é Aplicada	1306	36.4.3.2.8.6	Penhora de quotas sociais ou ações	1348
35.3.2.6.6	Questões Interessantes	1307	36.5.3.3	Avaliação	1349
35.3.2.6.7	Execução da Multa	1308	36.5.3.4	Expropriação	1351
35.3.3	Cumprimento de Sentença de Obrigação de Entregar Coisa	1309	36.5.3.4.1	Adjudicação	1351
35.3.3.1	Introdução	1309	36.5.3.4.1.1	Momento	1351
35.3.3.2	Alcance dos art. 498 a 499, 536 a 538, CPC	1309	36.5.3.4.1.2	Procedimento	1352
35.3.3.3	Procedimento	1310	36.5.3.4.1.3	Legitimidade para Adjudicar	1354
36.3.1	Introdução	1315	36.5.3.4.1.4	Concorrência entre Adjudicatários	1354
36.3.2	Procedimento	1315	36.5.3.4.2	Alienação	1354
36.4.1	Introdução	1319	36.5.3.4.2.1	Alienação por Iniciativa Particular	1355
36.4.2	Procedimento	1320	36.5.3.4.2.2	Alienação por Leilão Judicial	1356
36.4.2.1	Procedimento para Entrega de Coisa Certa	1320	36.5.3.4.3	Apropriação de frutos e rendimento de empresa, estabelecimentos ou outros bens	1363
36.4.2.2	Procedimento para Entrega de Coisa Incerta	1321	36.5.3.5	Entrega de Dinheiro ao Credor	1364
36.4.2.3	Indenização de Benfeitorias	1322	36.5.3.5.1	Direito de Preferência	1366
36.5.1	Introdução	1323	37.1.1	Introdução	1371
36.5.2	Fase de Cumprimento Voluntário	1323	37.1.2	Forma Executiva	1372
36.5.3	Fase de Execução Forçada	1329	37.1.3	Procedimento	1373
36.5.3.1	Introdução	1329	37.1.3.1	1ª opção	1374
36.5.3.2	Penhora	1330	37.1.3.2	2ª opção	1381
36.4.3.2.1	Natureza Jurídica	1330	37.2.1	Introdução	1383
36.4.3.2.2	Efeitos	1330			
36.4.3.2.3	Objeto da Penhora	1332			
36.4.3.2.4	Ordem Preferencial de Bens	1332			
36.4.3.2.5	Lugar e Tempo da Penhora	1334			
36.4.3.2.6	Apreensão, Auto e Termo de Penhora, Depósito e Intimação	1335			
36.4.3.2.7	Da Modificação da Penhora	1339			

37.2.2	Forma Executiva.....	1385	40.6.4	Precedente com Eficácia Autorizante.....	1459
37.2.2.1	Cumprimento de Sentença.....	1385	40.6.5	Precedente com Eficácia Rescindente ou Deseficazante.....	1459
37.2.2.2	Processo Autônomo de Execução..	1390	40.6.6	Precedente que Permite Revisão da Coisa Julgada.....	1460
37.2.3	Regime dos Precatórios.....	1390	40.7.1	Distinguishing.....	1460
38.2.1	Natureza Jurídica.....	1414	40.7.2	Overruling..... 1461	
38.2.2	Matérias Alegáveis em Impugnação.....	1415	40.7.2.1	Motivos para o Overruling.....	1462
38.2.3	Procedimento.....	1417	40.7.2.2	Eficácia Temporal da Superação do Precedente.....	1464
38.3.1	Natureza jurídica.....	1420	40.7.2.3	Técnicas de Proteção da Segurança Jurídica na Alteração de Precedentes.....	1465
38.3.2	Garantia do Juízo.....	1421	40.7.3	Superação Parcial (Overriding).....	1467
38.3.3	Prazo.....	1421	41.3.1	Relatório e Colocação em Pauta.....	1473
38.3.4	Competência.....	1422	41.3.2	Ordem de Julgamento e Sustentação Oral.....	1474
38.3.5	Rejeição Liminar dos Embargos.....	1423	41.3.3	Pedido de Vista.....	1476
38.3.6	Efeito Suspensivo.....	1424	41.3.4	Votação.....	1477
38.3.6.1	Limitação Objetiva e Subjetiva do Efeito Suspensivo.....	1424	41.3.4.1	Voto Médio.....	1477
38.3.7	Procedimento.....	1425	41.3.4.2	Voto Concorrente.....	1478
38.3.8	Matérias Passíveis de Alegação nos Embargos.....	1426	41.3.4.3	Técnica de Ampliação do Colegiado.....	1478
38.4.1	Introdução.....	1430	41.3.4.3.1	1ª diferença.....	1479
38.4.2	Requisitos.....	1431	41.3.4.3.2	2ª diferença.....	1482
38.4.3	Procedimento.....	1432	41.3.5	Acórdão e Ementa.....	1483
38.4.4	Visão Prospectiva para a Exceção de Pré-Executividade.....	1433	41.3.5.1	Introdução.....	1483
39.1.1	Art. 921, I.....	1435	41.3.5.2	Ementa.....	1485
39.1.2	Art. 921, II.....	1436	41.3.5.3	Lavratura do Acórdão e Publicação	1485
39.1.3	Art. 921, III.....	1436	41.3.5.4	Requisitos Formais.....	1485
39.1.4	Art. 921, IV.....	1440	41.4.1	Poderes Ordinatórios.....	1487
39.1.5	Art. 921, V.....	1440	41.4.1.1	Dever Geral de Correção dos Defeitos.....	1487
40.6.1	Precedente com Eficácia Vinculante/ Obrigatória.....	1452	41.4.2	Poder Instrutório.....	1487
40.6.1.1	Inciso I.....	1454	41.4.3	Poderes Decisórios.....	1487
40.6.1.2	Incisos II e IV.....	1455	41.4.3.1	Homologar Autocomposição.....	1487
40.6.1.3	Inciso III.....	1456	41.4.3.2	Decidir Pleito de Tutela Provisória.	1488
40.6.1.4	Inciso V.....	1457	41.4.3.3	Decidir Requerimento de Concessão/Revogação de Gratuidade de Justiça.....	1488
40.6.2	Precedente com Eficácia Persuasiva.....	1459			
40.6.3	Precedente com Eficácia Obstativa da Revisão de Decisões.....	1459			

41.4.3.4	Juízo de Admissibilidade dos Recursos.....	1488	48.3.1.4	Procedimento.....	1591
41.4.3.5	Dever Geral de Prevenção.....	1488	48.3.1.5	Dispensa do Reexame Necessário .	1591
41.4.3.6	Proceder ao Juízo de Mérito dos Recursos.....	1489	48.3.2	Correição Parcial.....	1593
41.4.3.7	Proibição de Decisão Surpresa.....	1490	48.3.3	Pedido de Reconsideração.....	1594
42.6.1	Instauração do IRDR.....	1497	48.3.4	Suspensão de Liminar, Sentença, Acórdão.....	1594
42.6.2	Condutas do Relator e das Partes, Interessados e MP.....	1499	48.3.4.1	Conceito e Natureza Jurídica.....	1594
42.6.3	Julgamento.....	1505	48.3.4.2	Legitimidade.....	1595
42.6.4	Meios de Impugnação.....	1507	48.3.4.3	Competência.....	1596
46.3.1	1º ponto.....	1536	48.3.4.4	Procedimento.....	1598
46.3.2	2º ponto.....	1537	49.1.1	Voluntariedade.....	1603
46.3.3	Questões Interessantes.....	1538	49.1.2	Expressa previsão em lei federal.....	1603
46.3.3.1	Decisões Rescindíveis.....	1538	49.1.3	Mesmo processo.....	1604
46.3.3.2	Decisões Não Rescindíveis.....	1539	49.1.4	Manejável pelas partes, terceiros prejudicados e Ministério Público.....	1604
46.4.1	Inciso I.....	1543	49.1.5	Com o objetivo de reformar, anular, integrar ou esclarecer a decisão judicial.....	1604
46.4.2	Inciso II.....	1544	49.1.5.1	Introdução.....	1604
46.4.3	Inciso III.....	1545	49.1.5.2	Reformar.....	1604
46.4.4	Inciso IV.....	1547	49.1.5.3	Invalidar.....	1605
46.4.5	Inciso V.....	1548	49.1.5.4	Esclarecer.....	1605
46.4.6	Inciso VI.....	1551	49.1.5.5	Integrar.....	1605
46.4.7	Inciso VII.....	1552	49.1.5.6	Decisão judicial.....	1605
46.4.8	Inciso VIII.....	1552	49.2.1	Princípio do Duplo Grau de Jurisdição..	1609
47.4.1	1ª hipótese: Preservação da competência do tribunal.....	1569	49.2.2	Princípio da Taxatividade.....	1610
47.4.2	2ª hipótese: Garantir a autoridade das decisões do tribunal.....	1571	49.2.3	Princípio da Singularidade (Unirrecorribilidade).....	1611
47.4.3	3ª hipótese: Art. 103-A, § 3º, CRFB e Art. Art. 7º, caput , Lei n. 11.417/06.....	1572	49.2.4	Princípio da Voluntariedade.....	1612
47.4.4	4ª hipótese: Art. 988, IV.....	1575	49.2.5	Princípio da Dialeiticidade.....	1612
47.4.5	5ª hipótese: Art. 988, § 5º, II.....	1575	49.2.6	Princípio da Fungibilidade.....	1613
47.4.6	6ª hipótese: Reclamação nos Juizados..	1577	49.2.7	Princípio da Proibição da Reformatio in Pejus.....	1614
48.2.1	MS contra ato judicial.....	1585	49.2.8	Princípio da Complementaridade.....	1616
48.3.1	Remessa Necessária.....	1587	49.2.9	Consumação.....	1617
48.3.1.1	Introdução.....	1587	49.2.10	Primazia do Julgamento do Mérito Recursal.....	1617
48.3.1.2	Conceito.....	1588	49.2.10.1	1º ponto.....	1617
48.3.1.3	Hipóteses.....	1589	49.2.10.2	2º ponto.....	1617

49.2.10.3 3º ponto	1618	49.5.3.2.3 Ministério Público.....	1636
49.2.10.4 4º ponto	1618	49.5.3.3 Interesse Recursal.....	1637
49.3.1 Quanto ao Objeto Imediato	1618	49.5.3.4 Inexistência de fatos impeditivos/extintivos	1640
49.3.2 Quanto à Fundamentação (Causa de Pedir)	1618	49.5.3.4.1 Fatos Impeditivos	1640
49.3.3 Quanto à Extensão da Matéria	1619	49.5.3.4.1.1 Desistência da Ação.....	1640
49.3.4 Quanto à Autonomia.....	1619	49.5.3.4.1.2 Reconhecimento do Pedido e Renúncia ao Direito em que se funda a Ação	1641
49.3.4.1 Recurso Adesivo (art. 997).....	1619	49.5.3.4.1.3 Desistência do Recurso....	1642
49.3.4.1.1 Natureza Jurídica.....	1619	49.5.3.4.2 Fatos Extintivos	1643
49.3.4.1.2 Requisitos	1620	49.5.3.4.2.1 Renúncia	1643
49.3.4.1.3 Hipóteses de Cabimento	1620	49.5.3.4.2.2 Aquiescência.....	1646
49.3.4.1.4 Legitimidade.....	1621	49.5.4 Requisitos Extrínsecos.....	1646
49.3.4.1.5 Procedimento.....	1621	49.5.4.1 Tempestividade.....	1646
49.3.4.1.6 Julgamento	1621	49.5.4.2 Regularidade Formal.....	1656
49.4.1 Efeito Obstativo.....	1621	49.5.4.3 Preparo.....	1657
49.4.2 Efeito Devolutivo (extensão e profundidade – efeito translativo).....	1622	49.5.5 Juízo de Mérito.....	1660
49.4.2.1 Teoria da Causa madura	1625	49.5.5.1 Reformar	1661
49.4.3 Efeito Suspensivo.....	1625	49.5.5.2 Invalidar.....	1661
49.4.4 Efeito Expansivo	1628	49.5.5.3 Esclarecer	1661
49.4.5 Efeito Substitutivo	1629	49.5.5.4 Integrar.....	1661
49.4.6 Efeito Regressivo.....	1629	50.2.1 Noções Gerais	1665
49.4.7 Efeito Diferido	1631	50.2.2 Procedimento	1667
49.5.1 Introdução	1631	50.2.3 Novas Questões de Fato	1670
49.5.2 Regras Gerais sobre Juízo de Admissibilidade	1631	50.3.1 Introdução	1671
49.5.2.1 Norma Cogente	1631	50.3.2 Rol do art. 1.015, CPC.....	1673
49.5.2.2 Competência	1632	50.3.2.1 Inciso I.....	1674
49.5.2.3 Revogação	1632	50.3.2.2 Inciso II.....	1675
49.5.2.4 Pendências.....	1632	50.3.2.3 Inciso III	1676
49.5.2.5 Juízo de Admissibilidade e Fundamentação	1633	50.3.2.4 Inciso IV.....	1677
49.5.2.6 Natureza Jurídica	1633	50.3.2.5 Inciso V.....	1678
49.5.2.7 Classificações	1633	50.3.2.6 Inciso VI.....	1679
49.5.3 Requisitos Intrínsecos.....	1634	50.3.2.7 Inciso VII	1679
49.5.3.1 Cabimento.....	1634	50.3.2.8 Inciso VIII	1680
49.5.3.2 Legitimidade Recursal	1634	50.3.2.9 Inciso IX.....	1680
49.5.3.2.1 Partes	1634	50.3.2.10 Inciso X.....	1681
49.5.3.2.2 Terceiro Prejudicado.....	1635	50.3.2.11 Inciso XI.....	1681
		50.3.2.12 Inciso XIII	1682

50.3.2.13 Art. 1.015, parágrafo único.....	1682	50.7.1 Introdução	1707
50.3.3 Procedimento	1684	50.7.2 Recurso Especial	1707
50.4.1 Cabimento.....	1687	50.7.2.1 Hipóteses de Cabimento	1707
50.4.2 Prazo.....	1690	50.7.2.1.1 Pressupostos Cumulativos	1707
50.4.3 Procedimento	1691	50.7.2.1.2 Pressupostos Alternativos.....	1714
50.5.1 Natureza Jurídica	1694	50.7.3 Recurso Extraordinário	1717
50.5.2 Cabimento.....	1694	50.7.3.1 Hipóteses de Cabimento	1717
50.5.2.1 Introdução.....	1694	50.7.3.1.1 Pressupostos Cumulativos	1717
50.5.2.2 Obscuridade	1695	50.7.3.1.2 Pressupostos Alternativos.....	1722
50.5.2.3 Contradição.....	1696	50.7.4 Aspectos Procedimentais Comuns ao RE e REsp.....	1726
50.5.2.4 Omissão.....	1696	50.7.4.1 Prazo	1726
50.5.2.5 Erro Material.....	1697	50.7.4.2 Juízo de Admissibilidade.....	1727
50.5.3 Procedimento	1698	50.7.4.3 Efeitos.....	1729
50.5.4 Efeito Interruptivo.....	1699	50.7.4.4 Efeito Suspensivo	1729
50.5.5 Efeito Modificativo	1701	50.7.4.5 Julgamento por Amostragem.....	1730
50.5.6 Embargos Protelatórios.....	1702	50.8.1 Cabimento.....	1737
50.5.7 Natureza da Decisão dos Embargos.....	1702	50.8.2 Procedimento	1738
50.5.8 Embargos de Declaração e Prequestionamento.....	1703	50.8.3 Julgamento.....	1739
50.6.1 Introdução	1704	50.9.1 Cabimento.....	1740
50.6.2 Cabimento.....	1705	50.9.2 Procedimento	1743
		BIBLIOGRAFIA.....	1751